

MEDIAÇÕES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMÉRICA LATINA*

Recebido: 10 de julho de 2018 • Aprovado: 22 de novembro de 2018

<https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a3>

Fabio Lucas Pimentel De Oliveira**

RESUMO

O artigo objetiva estabelecer conexões dialógicas entre o plano abstrato-teórico e concreto-histórico das manifestações regionais e urbanas do processo de financeirização na periferia capitalista. Referenciando-se na literatura existente, resgata as interdependências exógenas e endógenas que definem a especificidade do subdesenvolvimento e argumentam pela necessidade dessa interface analítica para uma adequada interpretação da produção do espaço na realidade latino-americana. Propõe qualificar o alcance político, econômico, social e geográfico da hegemonia contemporânea do capital portador de juros e evidencia os aspectos relacionais, processuais e mediadores que imbricam tais dimensões em uma abordagem transescalar, baseada no caso brasileiro. Argumenta que a seletividade, a fragmentação e a exclusão típicas da espacialidade periférica são aprofundadas pela subsunção do ambiente construído pelo processo de financeirização.

PALAVRAS-CHAVE

Financeirização regional; subdesenvolvimento regional; planejamento regional; produção do espaço; Brasil.

CLASSIFICAÇÃO JEL

R11, R51, R58

CONTEÚDO

Introdução; 1. O resgate do estatuto periférico; 2. Financeirização: a hegemonia do capital portador de juros; 3. Rendas fundiárias: limites ao capital?; 4. Financeirização da produção do espaço: uma ênfase transescalar; 5. A financeirização da produção periférica do espaço; 6. Conclusões; Bibliografia.

* Reflexões motivadas pela necessária qualificação da financeirização como um fenômeno (i) relacionado à natureza do capital, ainda que contemporâneo; (ii) sistêmico, transescalar e objetivado no espaço; e (iii) com manifestações particulares na periferia capitalista. Agradeço os comentários dos pareceristas anônimos que avaliaram o texto, cujas críticas, quando possível, foram incorporadas nesta versão final.

** Economista, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Professor, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: fabio.oliveira@ippur.ufrj.br

MEDICIONES TEÓRICAS PARA EL ANÁLISIS DE LA FINANCIERIZACIÓN DE LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO EN AMÉRICA LATINA

RESUMEN

El artículo tiene el objetivo de establecer conexiones dialógicas entre el plan abstracto-teórico y concreto-histórico de las manifestaciones regionales y urbanas del proceso de financierización en la periferia capitalista. Con referencia en la literatura existente, rescata las interdependencias exógenas y endógenas que definen la especificidad del subdesarrollo y argumentan por la necesidad de esa interfaz analítica para una adecuada interpretación de la producción del espacio en la realidad latinoamericana. Propone cualificar el alcance político, económico, social y geográfico de la hegemonía contemporánea del capital generador de intereses y destaca aspectos relacionales, procesuales y mediadores que imbrican dichas dimensiones en un enfoque transescalar, basado en el caso brasileño. Argumenta que la selectividad, la fragmentación y la exclusión típicas de la espacialidad periférica son profundizadas por la subsunción del ambiente construido por el proceso de financierización.

PALABRAS CLAVE

Financierización regional; subdesarrollo regional; planeamiento regional; producción del espacio; Brasil.

CLASSIFICACIÓN JEL

R11, R51, R58

CONTENIDO

Introducción; 1. El rescate del estatuto periférico; 2. Financierización: la hegemonía del capital generador de intereses; 3. Rentas agrarias: límites al capital?; 4. Financierización de la producción del espacio: un énfasis transescalar; 5. La financierización de la producción periférica del espacio; 6. Conclusiones; Bibliografía.

THEORETICAL MEDIATIONS FOR THE ANALYSIS OF THE FINANCIALIZATION OF SPACE PRODUCTION IN LATIN AMERICA

ABSTRACT

The article aims to establish dialogical connections between the abstract-theoretical and the concrete-historical planes of the regional and urban manifestations of the financialization process in the capitalist periphery. Referring to the existing literature, it rescues exogenous and endogenous interdependencies that define the specificity of underdevelopment and argues for the need of this analytical interface for an adequate interpretation of space production in Latin American reality. It proposes to qualify the political, economic, social and geographic reach of the contemporary hegemony of interest-bearing capital and highlights the relational, procedural and mediators aspects that imbricate such dimensions in a transscalar approach, based on Brazilian case. It argues that the subsumption of the environment built by the process of financialization deepens the selectivity, the fragmentation, and the exclusion typical of peripheral spatiality.

KEYWORDS

Region financialization; regional underdevelopment; regional planning; space production; Brazil.

JEL CLASSIFICATION

R11, R51, R58

CONTENT

Introduction 1. The rescue of the peripheral status; 2. Financialization: the hegemony of the interest-bearing capital; 3. Land rents: limits to the capital?; 4. Financialization of space production: a transscalar emphasis; 5. The financialization of peripheral space production; 6. Conclusions; Bibliography.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva estabelecer conexões dialógicas entre o plano abstrato-teórico e concreto-histórico das manifestações espaciais do processo de financeirização na periferia capitalista. Propõe-se, ademais, a promover uma integração entre os aportes e os avanços críticos na Geografia e na Economia Política, em torno à problemática da produção periférica do espaço. Para tanto, está estruturado em cinco partes, além desta introdução, da conclusão e das referências bibliográficas.

Na primeira, propõe o resgate da condição subdesenvolvida que marca os países da América Latina e o Brasil, em particular, sem a qual corre-se o risco de abordar o problema da produção do espaço negligenciando especificidades periféricas no âmbito de uma lógica global de acumulação. Em seguida, explicita-se a financeirização como o produto da progressividade do capital, cujo traço distintivo, na contemporaneidade, é o inédito grau de intrusão nas esferas política, institucional e social. A terceira parte presta-se a evidenciar como a renda da terra passa de limite a um momento específico da acumulação hegemônica pelo capital portador de juros, subsunção da qual resulta a financeirização da produção do espaço. A quarta seção enfatiza a natureza transescalar dos rearranjos societários decorrentes do processo de financeirização, os quais são verificados, para o caso brasileiro, no quinto tópico.

1. O RESGATE DO ESTATUTO PERIFÉRICO

As análises relacionadas à produção do espaço, em especial ao exame da forma como os agentes sociais pautaram estratégias e condutas políticas, institucionais e econômicas em torno ao ambiente construído, procuram dar conta dos seguintes interrogantes, colocados por Lefebvre (1973, p. 78): "*quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir?*".

Estuda-se, em geral, a maneira segundo a qual a financeirização tem influenciado o espaço produzido, uma agenda concentrada no problema urbano e que tem na dimensão regional um largo campo em aberto, dada a transversalidade de iniciativas públicas e privadas com impacto nessa escala.

No Brasil e na América Latina têm sido enfatizadas (i) a revisão das formas institucionais e de ação do Estado e (ii) a concretude urbana da financeirização, que, para Maricato (2011), esgarça uma realidade fragmentada e excludente herdada de cinquenta anos de industrialização.

Costuma haver, no entanto, uma transposição de abordagens pensadas por autores e escolas cujo objeto é a teorização dos problemas da realidade de países

desenvolvidos, sem que se construam elos necessários com os traços particulares do subdesenvolvimento¹. Atestam Brandão, Fernández e Ribeiro (2018, p. 8):

Esta perspectiva teórica replicadora e fragmentadora obstaculiza —e em grande medida impugna epistemologicamente— uma visão de conjunto, quando se deseja apreender as mais decisivas transformações do capitalismo atual, suas repercussões socioespaciais e seus impactos no contexto latino-americano.

Tais análises parecem, ademais, tomar como dada a porosidade supraescalar dos espaços, que, em um período de aprofundamento da globalização, correspondem, de acordo com Fernández (2017, p. 277), a “*nós integrantes de redes de fluxos e atores, assim como de decisões e recursos situados fora delas, que enquanto as atravessam e as redefinem permanentemente, as condicionam em suas estratégias e possibilidades*”.

O exame da produção do espaço pressupõe, pois, diferenciar a especificidade histórica, política, econômica, social e cultural desse processo, e rechaçar modelos canônicos e generalizações que apontam trajetórias únicas de convergência rumo a tipos ideais.

O acervo conceitual pensado, ao longo das últimas décadas, para a realidade subdesenvolvida, viabiliza essa tarefa. É o caso dos enfoques dos estilos de desenvolvimento² e da heterogeneidade estrutural, eixos analíticos facilitadores de uma releitura das implicações, na periferia global, dos macrodeterminantes associados à globalização financeira.

Assim procedem Riffo, Jordán e Prado (2017, p. 40), quando propõem

Como idea central que los sistemas urbanos y las dinámicas socioeconómicas y ambientales de las ciudades latinoamericanas y caribeñas son, en gran parte, una manifestación de las modalidades específicas del estilo de desarrollo periférico que se caracteriza, en lo fundamental, por una insuficiencia dinámica que produce y reproduce desigualdades en diferentes dimensiones, entre ellas la dimensión espacial.

A insuficiência dinâmica do estilo latino-americano de desenvolvimento —âmbito no qual está inserida a produção do espaço— pode ser caracterizada a partir das dimensões institucional, política, social, cultural e econômica, esta última detalhada, a seguir, de acordo com três subdimensões.

¹ Para Furtado (2013), o subdesenvolvimento é uma malformação estrutural, produto de entraves e truncamentos que redundam na incapacidade de superar passivos socioeconômicos históricos. Não é uma etapa prévia a um estágio superior ou virtuoso, mas um traço particular do capitalismo global.

² A definição de estilos de desenvolvimento remete ao trabalho de Pinto (1976) e enfatiza a necessidade de considerar a interação entre estruturas e sistemas, materializados em termos de organização produtiva e dinâmica socioeconômica.

A primeira é a **dimensão financeira**: padrões monetários sem conversibilidade e a necessidade recorrente de financiamento internacional (público e privado) ilustram a vulnerabilidade, a interesses globais, dos instrumentos de política econômica dos países periféricos. Para Cano (2017a), a equalização da agenda pública em torno à atração e à fluidez de capitais delimita a superação do subdesenvolvimento e mesmo a manutenção de (parcas) conquistas sociais.

A segunda refere-se à **dimensão produtiva**: Porcile (2011) mostra o marcante hiato tecnológico da oferta industrial e de serviços em relação ao *benchmarking* internacional, produto de uma difusão assimétrica e truncada do progresso técnico em termos históricos inter e intranacionais, conforme apontou Fajnzylber (1983). Isso ocorre em virtude da incapacidade de as unidades empresariais periféricas se posicionarem nos extratos mais nobres de cadeias globais de valor e pela sujeição dos Estados Nacionais a macrodecisões tomadas por grandes empresas, o que inibe a prática de políticas industriais e de ciência e tecnologia.

Quanto à **dimensão comercial**, a Cepal (2017) transparece a persistência de um padrão primário-exportador que associa o resultado da balança comercial da região aos ciclos de preço das *commodities* agroindustriais. Além disso, a pauta de transações reflete a defasagem competitiva das estruturas produtivas periféricas, face às importações de produtos de alto valor agregado. Essa situação, que se soma às dificuldades associadas à dependência de fluxos internacionais de capitais, resulta em uma permanente fragilidade para equilibrar as contas externas, o que agrava o risco de necessidade de financiamento externo e de volatilidade cambial.

Articulada à abordagem dos estilos de desenvolvimento está a de heterogeneidade estrutural, também desenvolvida por Pinto (1973). Originada no estudo da composição técnica e da interação entre os setores moderno e atrasado na periferia, à luz da inserção internacional, essa ideia pode ser utilizada para destrinchar as relações espaciais ocasionadas pela insuficiência dinâmica periférica.

A agenda de Cano (2011) para o caso brasileiro se beneficia desse enfoque. Toma como ponto de partida o histórico das diferentes regiões que nuclearam os ciclos primários de exportação até 1930 e discute os desdobramentos regionais e urbanos do processo de industrialização (1930-1980). Grande ênfase é colocada na interdependência entre estruturas socioeconômicas nacionais e subnacionais e a dinâmica internacional, mediante a articulação de aspectos como a questão fundiária, as migrações e, só então, o processo de ocupação intraurbano, desprezando a compartimentalização espacial que antepõe o rural ao urbano. Destaca, ainda, os efeitos corrosivos que, após 1990, somaram-se aos passivos pré-existentes e

dificultaram o manejo político dos constrangimentos impostos à sociedade, com particular atenção para a desindustrialização e para a crise fiscal e financeira que acometeu o Estado.

O debate da produção contemporânea do espaço não deveria, portanto, escamotear que esse processo ocorre no âmbito: (i) de uma espacialidade subordinada à dinâmica de países centrais e marcada por uma malformação estrutural pluridimensional e (ii) de um contexto de quase quatro décadas de crise econômica, espaçado por um curto período expansivo (2003-2011), para logo dar lugar a um remonte conservador e antissocial.

É sob essa camada fossilizada que, na contemporaneidade, incidem os efeitos multifacetados do padrão hegemônico de acumulação capitalista, na forma da financeirização da moradia, à luz da abordagem de Fix (2011); da mobilidade urbana, segundo Matela (2014); da geração de eletricidade, de acordo com Werner (2016); e mesmo do padrão de consumo das famílias, em concordância com Klink e Souza (2017).

O desafio, portanto, está em associar o subdesenvolvimento à forma contemporânea da acumulação. Para tanto, é fundamental tecer considerações extraídas da Economia Política para evitar um uso impreciso e associado a modismos que tem sido feito da financeirização, conforme argumentação de Christophers (2015, p. 185). Assim, potencializa-se o alcance analítico desse processo na geografia, no urbanismo e no planejamento territorial e contribui-se para integrá-los de maneira adequada ao enfoque econômico.

Nesse sentido, é fundamental evitar o negligenciamento do caráter contraditório, progressivo e antagônico da acumulação capitalista. Para Braga (1996), tal **essência** dinâmica indica que o processo de financeirização não é uma distorção, mas uma associação totalizante das formas juros, lucros e rendas, liderada pelo capital financeiro. De acordo com Cano (2017a) essa complexidade é distorcida, na **aparência**, pelo reducionismo argumentativo da proeminência do setor financeiro em relação às demais atividades econômicas, sobretudo quando em contexto de desindustrialização.

Segundo essa interpretação, a financeirização não é apenas uma recorrência cíclica na história do capitalismo³. É um fenômeno hodierno global, ou seja, posterior

³ Arrighi (2012) discrepa da ideia de financeirização como característica contemporânea do capitalismo, reconhecendo-a como um momento específico dos ciclos sistêmicos de acumulação (em que as finanças se tornam mais relevantes que as demais atividades, sem adentrá-las), associado a transições hegemônicas geopolíticas. Considera-se, neste ensaio, que a mundialização financeira, posterior à década de 1970, contém elementos suficientes — discutidos na **Seção 2** — para qualificar como inédito o processo em curso. Tal

aos anos de 1970, hierarquizado pelos agentes financeiros dos países centrais e dotado de um ineditismo pautado por conduta social e arranjos regulatórios nunca antes testemunhados, mobilizador de massas de riqueza nunca antes centralizadas.

Sistêmica, a financeirização impõe que se averiguem as conexões que atestam o caráter simultâneo, contraditório e variado da acumulação nas diversas escalas — o que é ainda mais dramático ao se considerarem os passivos multidimensionais da realidade periférica.

Nesses marcos, discute-se a produção do espaço como fenômeno geral e, ao mesmo tempo, específico, resultante do choque entre a gestão da valorização do dinheiro e a gestão política dos interesses societários existentes.

2. FINANCEIRIZAÇÃO: A HEGEMONIA DO CAPITAL PORTADOR DE JUROS

Em Harvey (1992), apreende-se que o esgotamento do paradigma fordista de produção, na década de 1970, ensejou o desmonte de uma rígida e ineficiente estrutura produtiva, frente às modificações que então se operavam. A emergência da acumulação flexível — assentada em avanços nas tecnologias de automação e de informação — impactou a organização interna e externa dos grupos econômicos, sem deles retirar protagonismo.

Esse movimento — atesta Eichengreen (2002) — envolveu o desmonte do arranjo concertado em Bretton Woods e que tinha, na ação do Estado, pelo menos duas funções: (i) a de indutor do crescimento econômico, mediante investimentos produtivos e estímulos ao comércio internacional e (ii) a de garantidor de direitos de bem-estar social.

As mudanças no macroambiente dos anos de 1970 resultaram em um novo padrão de internacionalização liderado pelos Grupos Financeiros. Presidiu a reestruturação geopolítica o interesse da Finança Internacional, sob a liderança dos Estados Unidos. Tavares (1985) ressalta que políticas de recorte neoliberal consolidaram, desde então, a posição do dólar como moeda franca e aceleraram a circulação global de capital-dinheiro em todo o mundo.

De um lado, a disseminação de mudanças institucionais, alinhadas com os requerimentos do neoliberalismo, viabilizou maior apropriação de lucros e rendas.

condição é reforçada quando se consideram os aportes de Tavares (1985) e Fiori (2007), que discutem, em termos geopolíticos, que o fato de os Estados Unidos, após a diplomacia do dólar forte, não só terem retomado a hegemonia internacional, como também ampliado seu poder global nos domínios cultural, diplomático, militar e, sobretudo, financeiro/monetário parece desafiar o escopo analítico daquele autor.

De outro lado, Braga (1996) aponta que a coerção da concorrência intercapitalista e os requerimentos cada vez maiores de retornos de capital fizeram com que a realização de investimentos produtivos fosse cotejada com estimativas de capitalização na forma de juros.

Ocorre, desde então, verdadeira **intrusão** das práticas financeiras na governança de empresas não-financeiras, marcada —no enfoque de Lazonick e O’Sullivan (2000)— pelas características de maximização de ganhos pelos acionistas e de queda dos limites setoriais que diferenciavam empresas dedicadas à intermediação financeira daquelas produtivas.

Segundo Palley (2007) e Guttman (2008), a especificidade do capitalismo contemporâneo se revela nos seguintes aspectos:

- elevada significância do setor financeiro em relação ao setor produtivo — descolamento da riqueza fiduciária em face da real;
- reformulação de práticas financeiras e introdução de inovações bancárias. Destaca-se a securitização — conversão de determinado fluxo de rendas em ativos renegociados, assumindo natureza primária (substituindo o crédito bancário) e secundária (substituindo o crédito dos intermediários financeiros, a exemplo das *mortgage-backed securities*, núcleo da crise *subprime* de 2008);
- intrusão das finanças em atividades econômicas e sociais de outra natureza;
- aumento da desigualdade de renda — estagnação dos salários e crescentes prêmios pagos a gestores empresariais.

Assim, a financeirização corresponde à hegemonia **hodierna** da lógica de valorização, capaz de penetrar e parametrizar as demais esferas da circulação e alterar a estrutura e operação dos mercados financeiros, de corporações não-financeiras, da política econômica, o comportamento das famílias/consumidores e mesmo a forma como a renda da terra é apropriada.

Desde uma perspectiva teórica, Marx (1983) afirma que o capital portador de juros é a forma mais exteriorizada e mais fetichista de ocultação das relações sociais capitalistas, pois expressa a relação de uma coisa —o dinheiro— consigo mesma. A autonomização proporcionada pela função reserva de valor da moeda, a condição de equivalente geral que o dinheiro exerce na circulação e o valor de uso que possui como capital lhe atribuem a faculdade **essencial** de valorizar-se a si mesmo.

A autonomização materializa-se, indica Belluzzo (2013), em uma separação dialética de dupla natureza. A primeira é a possibilidade de que o dinheiro antecipe a circulação e funcione como capital, o que capacita o capitalista funcionante a se

apropriar de mais-valor e dispensa-o da disponibilidade prévia de recursos para investir. A segunda está associada ao fato de que a circulação pode ser suspensa pela fratura temporal entre o ato de compra e venda: o dinheiro, gatilho disparador, também tem a propriedade de interrompê-la, face à preferência pela liquidez.

Na qualidade de meio para a produção, o valor de uso do dinheiro —alienado pelo prestamista para um mutuário— está na possibilidade de que gere lucro. A fração do lucro paga ao prestamista se chama **juro**, preço do valor de uso do dinheiro que funciona como capital⁴.

É por isso que, argumentam Müller e Paulani (2012), o capital portador de juros não existe em posição individual, mas integral, **subsumindo os capitais em função**, ainda que esteja relativamente apartado do processo de produção e de circulação. Ao englobar outros circuitos como momentos subordinados do movimento de autovalorização, a antítese do capital portador de juros é referida ao capital funcionante. Se o juro é uma rubrica particular para uma fração do lucro que o capitalista deve pagar ao proprietário do dinheiro, este, apenas indiretamente, envolve-se na exploração da força de trabalho para a realização de mais-valor e lucro.

Aquino e Cipola (2008) mostram como tais relações se tornam ainda mais complexas com a possibilidade de transferência da propriedade do dinheiro como capital alienado, que define o conceito de capital fictício. O fato de que os empréstimos de dinheiro são atestados por títulos não só asseguram ao detentor deles o direito a pagamentos futuros de juros sobre o valor emprestado, mas também a especulação no mercado de capitais, sujeita a atributos de solvência e rentabilidade desses papéis.

Ao comercializá-los, o prestamista recupera o valor adiantado e a transação que envolve a propriedade do título dispara uma capitalização baseada na expectativa de recebimento de juros. Não havendo duplicação de valor, a capitalização faz sumir a conexão com o processo real (produtivo) de valorização e confirma a **aparência** do capital como autômato que se valoriza por si mesmo. Segundo Marx (1985, p. 11) apud. Müller e Paulani (2012, p. 88),

A formação do capital fictício chama-se capitalização e, com ele, toda conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção de capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida. Estamos aqui, pois, no reino das aparências: o movimento autônomo do valor destes títulos de propriedade confirma a aparência, como se eles se constituíssem capital real ao lado do capital ou do direito ao qual possivelmente deem título.

⁴ Segundo Marx (1983, p. 261), "o capitalista prestamista entrega seu capital, transfere-o ao capitalista industrial, sem receber um equivalente. Sua entrega não constitui ato algum do processo real de circulação do capital, mas apenas encaminha esse ciclo, a ser realizado pelo capitalista industrial".

Essa **aparente** dissociação se desfaz nas crises, quando a unidade **essencial** do sistema —os distintos momentos subordinados e necessários à valorização, em que o capital aparece significado como a mercadoria e o dinheiro— é explicitada e as contradições que perpassam a acumulação e a valorização capitalista são repostas por intervenções de natureza política (Tavares, 1998).

Do exposto, destacam-se três registros preliminares: (i) o capital tende a tornar-se **limite de si mesmo** no processo de valorização, desdobramento dinâmico da própria acumulação; (ii) a subsunção hegemônica pelo capital portador de juros revela uma **aparência** fragmentada, mas, em **essência**, uma das formas parciais e (iii) a natureza expectacional do recebimento de juros comporta uma capitalização especulativa, cujo lastro repousa nos direitos de propriedade.

3. RENDAS FUNDIÁRIAS: LIMITES AO CAPITAL?

A partir das abordagens de Lefebvre (2008), Harvey (2005) e Castells (1977), entre outros, derivou-se um amplo conjunto de estudos e reflexões centrado na ideia de que a produção do espaço reflete relações multidimensionais entre agentes sociais cujos interesses materializam-se na tentativa de construção socioespacial do ambiente.

O processo de acumulação orquestra territórios segundo uma lógica geral, voltada à reprodução capitalista e institui —nos termos de Harvey (2005) e Massey (1984)— uma coerência estruturada entre múltiplas escalas e agentes sociais, o que amplifica as bases da divisão do trabalho. O capital, **limite de si mesmo**, tende a ultrapassar todas as barreiras espaciais para se viabilizar no espaço e apresenta variações que expressam o balanço hegemônico-relacional do enquadramento capitalista em formações socioespaciais pré-existentes.

A maior mobilidade de capitais, decorrente das mudanças institucionais no macroambiente regulatório internacional nos anos de 1970, modificou os determinantes da produção do espaço e ampliou a velocidade interativa da acumulação. Para Harvey (2013), redes e circuitos integraram países e territórios em uma lógica global, com investimentos orientados à obtenção de lucros e rendas pelos grandes grupos econômicos. A diversidade geográfica se tornou um ativo capaz de proporcionar oportunidades extraordinárias e foi condição necessária, e não barreira, para a reprodução do capital.

Então passa a ser necessário articular trajetórias espaciais específicas ao regime de acumulação dominante e discutir a natureza desigual do desenvolvimento geográfico e identificar padrões e processos espaciais que caracterizam e transformam a sociedade, na medida em que progridem as forças produtivas.

A busca do capital pela máxima valorização deriva uma lógica dialética de integração espacial. Segundo Smith (1988), a passagem de um lugar antes isolado à condição de território de uma divisão do trabalho se dá pela diferenciação e igualação das condições de reprodução capitalista. Certos agentes se dispõem a explorar diferenciações territoriais e delas extrair vantagens, cuja captura se viabiliza por regramentos equalizados quanto à fluidez de juros, lucros e rendas, o que delimita as possibilidades de desenvolvimento aos desígnios hegemônicos que hierarquizam a produção do espaço.

As estratégias globais de gestão do dinheiro e valorização de capital se expressam na organização de atividades empresariais em cadeias globais de valor⁵ e, ao aproveitar-se da reestruturação do padrão de internacionalização fordista face aos desdobramentos do pós-1970, os grandes grupos econômicos aprofundaram o controle sobre a hierarquia daquilo que Barrios (1980) e Rofman (2016) designaram de circuitos espaciais, que envolvem lugares de comando e lugares de produção.

Tal iniciativa foi viabilizada pelos grandes projetos, definidos por Piquet (1990) como intervenções de alto volume de investimentos, portadoras de elevado potencial disruptivo, organizadas na forma de unidades empresariais flexíveis, capazes de operacionalizar a circulação do capital em linha com o padrão financeirizado de acumulação e, não menos relevante, de alterar gradientes de renda fundiária.

Os grandes projetos, ao mesmo tempo em que articulam certos lugares geográficos a cadeias globais de valor, estruturam uma coerência responsiva aos parâmetros financeiros de acumulação. Ao Estado, aponta Jessop (2001), caberia dar suporte institucional, legal, infraestrutural e financeiro à captura, pelo capital, dos retornos que lhe cumpre obter.

Esses ganhos incluem a possibilidade de obtenção de rendas da terra. Por isso, parece válido realizar uma breve digressão sobre a renda da terra para compreender a superação, no contexto da financeirização, da condição de óbice que lhe fora atribuída.

Cario e Buzanelo (1986) apontam que, em David Ricardo e Adam Smith, a renda da terra era definida por uma relação técnica vinculada à produtividade relativa dos melhores e piores terrenos agricultáveis. Já para Marx, refletia aspectos técnicos, mas também uma relação social assentada no monopólio da propriedade fundiária e no caráter não-reproduzível da localização. Combinados, esses atributos permitem

⁵ Bair (2005) critica o esvaziamento do sentido político das cadeias globais de valor e a condição que lhes é arrogada de ser uma estratégia virtuosa de desenvolvimento. Sobre as narrativas dos agentes empresariais que hegemonizam as cadeias globais de valor e o reconhecimento e delimitação do papel político dos espaços subnacionais de tais cadeias, ver Werner, Bair e Fernández (2014).

ao proprietário fundiário cobrar da sociedade uma fração da riqueza coletiva pelo direito de uso da terra, na forma de rendas absoluta, diferenciais ou de monopólio.

Segundo Lefebvre (2008), as rendas da terra urbana se assemelham às aquelas do meio rural. O rápido e intenso crescimento populacional nas cidades definiu a possibilidade de elevação da renda fundiária citadina e tornou algumas parcelas do solo urbano comparáveis aos solos agrícolas especiais geradores de rendas de monopólio.

Na cidade, consumidores estão dispostos a pagar para se situarem em áreas exclusivas. A localização define a renda diferencial e os proprietários de terra urbana buscam apoderar-se do progresso do desenvolvimento social, o que amplia ganhos especulativos. Por isso, Smolka (1987) assevera que não é o imóvel construído, mas a possibilidade de se apropriar de rendas fundiárias que constitui o objetivo dos proprietários de terra.

Fica evidente a antítese entre a classe de proprietários de terra e o resto da sociedade, de quem aquela cobra um tributo pela alienação do uso do terreno. Quanto aos capitalistas funcionantes, de maneira análoga à remuneração devida em juros aos proprietários de capital-dinheiro, devem empreender recursos provisionando a conversão de parte do lucro potencial em renda da terra.

Ou seja: o lucro é parcialmente imobilizado e impossibilitado de ser revertido em um novo ciclo de acumulação. Capturado pelos proprietários fundiários, faz da renda da terra um obstáculo à reprodução, porque esta se origina de uma dedução da mais-valia obtida no processo de produção.

É da superação dessa condição antitética que vai se afirmar o caráter financeiro da produção do espaço. Isso ocorre quando a renda da terra é subsumida pela acumulação hegemônica pelo capital portador de juros. A **intrusão** desmantela os atributos socioeconômicos da classe de proprietários fundiários, pois a propriedade e as rendas fundiárias passam a compor o circuito geral de acumulação capitalista.

Para Harvey (2013), isso pode ocorrer de duas maneiras: (i) pela união da figura do capitalista com a do proprietário de terras, na qual persiste, no entanto, a necessidade de converter parte do lucro em renda da terra e (ii) através do mercado financeiro, em que a propriedade fundiária se transfigura em um título comercializável, transacionado como um capital fictício lastreado na expectativa de ganhos decorrentes das alterações de uso do solo.

De todo modo, ressaltada está a importância de encarnar os agentes sociais que tomam parte na financeirização da produção do espaço. Resta destacar como as contradições que tipificam o capitalismo contemporâneo, arbitradas pelo Estado,

refletem a natureza transescalar do ambiente construído, exercício essencial para o acoplamento da periferia capitalista nessa dinâmica.

4. FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: UMA ÊNFASE TRANSESCALAR

A abordagem transescalar do desenvolvimento geográfico desigual enfatiza a natureza **relacional, processual e mediadora** da produção do espaço. Para tanto, o instrumental das escalas geográficas —conceito aprofundado por Castro (2014) e Souza (2013)— é fundamental.

Com ele, busca-se articular os diferentes níveis de produção, hierarquização social e organização espacial, pois, segundo Smith (1988, p. 19), "*o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência*". Há que se considerar, portanto, a reestruturação do capitalismo não só como fenômeno econômico, mas também por suscitar redefinições sociais, políticas e institucionais que o padrão hegemônico de acumulação promove pelos espaços.

Brenner (2001) ressalta que essa abordagem ganhou maior densidade e aprofundamento após a década de 1970, com a transição para o neoliberalismo. Brandão (2009), Klink e Souza (2017) identificam, como componente epistemológico, o entrelaçamento entre os circuitos espaciais de acumulação e os rearranjos sociais e institucionais que envolvem Estado, Mercado e Sociedade à luz dos impulsos hegemônicos transescalares no capitalismo contemporâneo.

Para Peck e Theodore (2015), o processo de neoliberalização se expressa nas "*políticas rápidas*", decompostas em dois momentos distintos, cíclicos e articulados de reestruturação do Estado: o de *roll back* (desmonte de estruturas e instituições prévias) e o de *roll out* (re-regulamentação de estruturas e instituições), produtos da emergência de renovados interesses hegemônicos que se sobrepõem àqueles antes existentes.

Em Brenner (2004), essa reestruturação se materializa nos "*novos espaços de Estado*" e pode ser analisada de acordo com a seguinte classificação: (i) Sentido Restrito: refere-se à estrutura organizacional, administrativa e hierárquica do Estado; (ii) Sentido Integral: envolve as estratégias espaciais do Estado para integrar e homogeneizar o território e (iii) Sentido Representacional: inclui as práticas espaciais efetivas do Estado, que moldam os horizontes de possibilidade na produção do espaço⁶.

No contexto atual, Jessop (2001) e Brenner (2004) argumentam que não é que haja menos Estado, mas uma adequação do aparelho estatal a práticas políticas e

⁶ Referência utilizada na **Seção 5** para uma releitura, em linhas gerais, do caso brasileiro.

institucionalidade funcionais aos requerimentos do bloco hegemônico, transmitida pelas instâncias públicas dedicadas a fazer valer o poder do Estado, o que indica a vigência de um **neoliberalismo realmente existente**.

O Estado preserva o estatuto de importante agente de produção do espaço no capitalismo contemporâneo e isso confirma o que havia sido apontado por Lojkin (1981) à luz do paradigma de industrialização. Ao arbitrar sobre o capital fixo, o crédito e a regulação do ambiente construído, interfere no uso e consequente possibilidade de valorização da terra. Daí que a atuação pública seja permeada de interesses privados, entre os quais são significativos os que gravitam em torno à natureza expectacional da propriedade fundiária, elevada, segundo Harvey (2004), à potência especulativa.

No Mercado, o agente que opera sobre o caráter não-reprodutível da terra, em especial no meio urbano, é o capital incorporador. Em Smolka (1987), tal agente aparece como o gestor do dinheiro associado à transformação do uso do solo, cujos ganhos podem ser auferidos de forma industrial (construção), comercial (distribuição de ativos imobiliários), rentista (decorrente das alterações diretas e indiretas do uso do solo); e financeira (envolvendo a antecipação expectacional dos preços dos terrenos).

Ocorre que, se a especificidade do capitalismo contemporâneo é a dominância financeira e a intrusão que hegemoniza e parametriza as demais esferas da circulação, então é preciso ter em vista, com Aalbers e Fernandez (2016), a ampliação do escopo de interesses societários⁷ em torno à produção do espaço, agora permeável ao capital portador de juros.

A financeirização da produção do espaço é, pois, um rearranjo transescalar e, no âmbito da subsunção em que se configura, constituem-se projetos compatíveis com o que Logan e Molotch (1987) classificaram como máquina de crescimento, o que suscitou, conforme Harvey (1989), iniciativas de empresariamento —sobretudo urbano— composta por agentes públicos e privados de diversas naturezas.

Essa imbricação relacional demonstra o alcance hegemônico da associação totalizante promovida pelo capital portador de juros. Na circulação, os títulos de propriedade que atestam a alienação do dinheiro involucrado com a alteração do uso do solo são transformados em ativos securitizados e convertidos em instrumento de

⁷ O **complexo imobiliário-financeiro** compõe-se de órgãos públicos, capital incorporador, proprietários fundiários, mídia, agências de *marketing*, bancos, empresas de crédito e outras atividades relacionadas à construção civil.

capitalização. O elo entre a especulação financeira (ou o capital fictício) e a renda da terra potencializa a natureza expectacional tanto do processo de financeirização, em geral, quanto da produção contemporânea do espaço, em particular.

Do ponto de vista do ambiente construído, Holston (2013) contribui com a percepção de que a Cidadania arca com um processo de fragmentação e segregação cada vez mais aprofundado, que reflete a priorização de estratégias empresariais, inclusive pelo setor público — alheio à tentativa de suprimir déficits e carências sociais⁸. Práticas insurgentes vocalizam, no quadro do capitalismo contemporâneo, as reivindicações dos destituídos em face do recrudescimento da lógica de expulsões/expropriações e indicam novos insumos para a interpretação da produção periférica do espaço, reforçando —em linha com Gottdiener (1997)— a condição de lugar e possibilidade da ação que lhe é atribuída.

5. A FINANCEIRIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PERIFÉRICA DO ESPAÇO

No Brasil, como no resto na América Latina, o pacto societário jamais tensionou a ruptura das estruturas de sustentação de desequilíbrios e desigualdades. Elementos como a questão fundiária, estudados por Cano (2010) e Brandão (2016), permanecem intocados.

O ambiente construído financeirizado, na periferia, está sendo erigido sobre um processo truncado de industrialização e envolve interdependências entre as elites cosmopolitas, as elites fundiárias e as elites oligárquico-regionais, cujos interesses tangenciam —por razões diversas— a busca pela apropriação privada dos recursos naturais, do território e dos fundos públicos.

Essa pactuação é possível porque, mesmo em uma periferia articulada a fluxos e redes globais, eivada por relações hegemônicas e por uma inexorável polarização geopolítica e econômica, a homogeneização —que tipifica a expansão dialética do capital— se dá tão somente como uma tendência, mas jamais chega a completar-se, segundo Ribeiro (2012).

Ou seja: o desmonte e a remontagem do aparelho estatal, na periferia, resultam em fundamentos jurídicos e institucionais previsíveis e adequados à exploração transescalar das diferenciações geográficas, sem molestar a base de poder local, e explicitam a relação entre (i) a reformulação do aparato regulador dos fluxos que

⁸ A realidade da Zona Leste da cidade de São Paulo, vivida e estudada pelo autor, evidencia como a transição do paradigma de acumulação industrial para o financeiro aprofundou o padrão excludente da produção do espaço na capital paulista.

alimentam as necessidades globais de acumulação e (ii) o acesso a fundos públicos⁹, utilizados para protelar as contradições de estratégias societárias atrasadas. Ambos delimitam o ataque aos problemas espaciais do subdesenvolvimento desde um conjunto internalizado de macrodecisões.

Constrangem-se, há décadas, as capacidades governativas (técnicas, financeiras e institucionais) voltadas à função de disciplinar e regular as ações capitalistas produtoras de espaço. O Estado Nacional passa por verdadeira corrosão (*roll back*), mas também é a escala a partir da qual se impõem mecanismos institucionais adequados às formas hegemônicas de acumulação (*roll out*), que tem na preservação de recursos públicos em favor do Mercado um dos resultados mais expressivos do processo de neoliberalização.

Ainda que, em **sentido restrito**, a Constituição de 1988 tenha redefinido a alocação de recursos e atribuições à luz de um Pacto Federativo baseado na garantia de direitos de cidadania, seguiram-se políticas aderentes ao Consenso de Washington. Para Rezende (2018), além de imporem uniformidade e tutela aos entes federados subnacionais, as ações públicas priorizam as relações com o Mercado, mas são compatíveis com a ingerência local, o que confirma os indicativos de Mello (1990), Abrucio (1994) e Rodriguez (1994) quanto à preservação de poder político daqueles extratos sociais que se locupletam do Estado.

Entre 1980 e o início dos anos 2000, a crise do Estado Nacional e práticas neoliberais voltadas à estabilização monetária (prioritárias também nos últimos anos) foram qualificadas por Pacheco (1998) e Cano (2007) como promotoras do desmonte do aparelho público dedicado à questão espacial brasileira.

Assim, afetou-se de maneira significativa o **sentido integral** das políticas e estratégias de desenvolvimento regional, e isso fez regredir as conquistas remissivas a 1930. No atual contexto, o planejamento regional tem sido delegado aos grandes projetos, sendo a atuação pública restringida à redução de custos de transação. Nas maiores cidades, a adequação seletiva à circulação financeira mundializada reforça a condição de desigualdade e fragmentação.

Com o Estatuto das Cidades (2001) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de 2004, houve uma tentativa de retomada da coordenação e da ação do problema regional na agenda pública. Oliveira e Werner (2014) mostram que tais esforços foram inócuos, sendo suplantados por iniciativas setoriais e transver-

⁹ Dotados da característica de antivalor, impedem a inanição das elites locais, desprovidas de atributos com os quais poderiam se imiscuir na lógica concorrencial ampliada (Oliveira, 1998).

sais que, de forma implícita e à semelhança de grandes projetos, proporcionaram resultados espaciais mais efetivos.

O **sentido representacional**, síntese dos anteriores, evidencia que os interesses societários permitiram efetivar apenas aquelas medidas regulatórias compatíveis com a camisa de força macroeconômica imposta ao Estado¹⁰, razão pela qual —alerta Cano (2017b)— a falta de efetividade pública na regulação da produção capitalista do espaço deve-se menos a razões técnicas e mais à questão política.

Não por acaso, Stroher (2017) classifica os grandes projetos (urbanos e regionais), o empresariamento urbano, o **eventismo** e o planejamento estratégico como as formas latentes de atuação de um Estado dedicado a aprimorar condições jurídicas e institucionais para que o capital-dinheiro flua, sem arestas, desde o ambiente construído até a esfera financeira de acumulação.

Esvaziado o arbítrio público quanto à produção socioespacial do ambiente, submete-se a sociedade aos ditames da acumulação financeirizada, aprofundada, de acordo com Sanfelici (2013), pela abertura de capital e pela maior facilidade no acesso ao sistema financeiro e crédito por parte das grandes empresas da construção civil. Arranjos como as operações urbanas consorciadas, as outorgas onerosas pelo direito de construir e certificados de potencial adicional construtivo indicam, ademais, importantes ganhos com a flexibilidade regulatória.

A financeirização da produção periférica do espaço, porém, não se restringe ao urbano: alcança uma transversalidade setorial e territorial ainda pouco explorada. Werner (2016), em estudo sobre o setor elétrico brasileiro, contribui para identificar as novas articulações entre Estado e Mercado na provisão de infraestrutura e ressalta que as intervenções espaciais decorrentes da reconfiguração do setor elétrico, na forma de Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas e Usinas Eólicas expressaram a associação totalizante hegemônica pelo capital portador de juros. No arranjo político-institucional, destaca as Sociedades de Propósito Específico e Parcerias Público-Privadas como principais modalidades.

A motivação principal da ampliação da oferta de energia elétrica —mobilizadora de grandes volumes de investimento e, portanto, de crédito público— foi, nos registros daquela autora, (i) a de alimentar as necessidades globais de acumulação

¹⁰ Em 2014, quando se esgotou o ciclo de crescimento econômico iniciado em 2005, o Banco Central do Brasil informou um resultado deficitário na Balança de Transações Correntes (saldo da balança comercial, da balança de serviços e das transferências unilaterais) da ordem de –US\$ 101,3 bilhões (33 % das reservas internacionais, à época), dos quais US\$ 49,3 bilhões corresponderam ao pagamento de juros, lucros e dividendos ao exterior. O suficiente para suscitar uma revisão da agenda macroeconômica nacional e uma alienação do protagonismo do setor público no ciclo econômico subsequente — chancelada pela agenda política pós-Impeachment de 2016.

financeira, capitaneadas pelos grupos econômicos internacionais e (ii) a de rebaixar custos para atividades primário-exportadoras de cadeias globais de valor, via grandes projetos.

Fica patente, na referida análise, que a produção do espaço reflete e reitera o **estilo de desenvolvimento periférico**. A atração de investimentos externos para a expansão do setor elétrico — dado um arranjo macroeconômico que constrange a autonomia do gasto público — e a insuficiência dinâmica associada às exportações de produtos primários (mesmo subsidiadas pela produção de energia a baixo custo) não só inibem o aproveitamento das potencialidades nacionais, como extremam uma produção do espaço que lega passivos territoriais de diversas naturezas, a serem resolvidos junto a interesses transescalares.

6. CONCLUSÕES

Partiu-se do resgate do estatuto periférico para a análise da produção financeirizada do espaço, com o uso de alguns conceitos que, pensados desde a realidade da América Latina, ensejam um diálogo profícuo com a agenda internacional de pesquisa dedicada ao problema espacial. Argumentou-se que essa releitura permite mapear, com maior clareza, as interdependências entre a financeirização e a espacialidade no subdesenvolvimento.

Ao precisar o debate da financeirização em termos histórico-teóricos, ressaltaram-se as características ontológicas e transescalares desse processo. Isso implicou, de um lado, no reconhecimento das variedades nacionais que o capitalismo assume e, de outro lado, requereu posicionar a produção do espaço como um fenômeno que transcende à rigidez da circunscrição subnacional, porque submetido a uma lógica sistêmica e global de acumulação.

É por isso que se propôs abordar a financeirização da produção do espaço mediante as objetivações do conceito de escala geográfica, e realizou-se uma revisão **relacional, processual e mediadora** do caso brasileiro, que revelou os seguintes delineamentos.

A produção hodierna do espaço tornou-se parte integrante do movimento de autovalorização do capital portador de juros: antes um obstáculo, a renda da terra converteu-se em parte das estratégias financeirizadas. A associação totalizante da forma lucro e da forma juro acoplou os ganhos fundiários às dinâmicas globais de valorização e envolveu os agentes sociais em arranjos regulatórios inovadores e adequados à capitalização lastreada no espaço.

Quanto ao ambiente construído, a financeirização não desfez as manifestações espaciais herdadas da industrialização. Compatível com interesses retrógrados pré-existentes, é um processo que retroalimenta a heterogeneidade estrutural e a insuficiência dinâmica do estilo de desenvolvimento periférico, ao mesmo tempo em que aliena as macrodecisões que poderiam encaminhar uma estratégia de superação dessa condição.

BIBLIOGRAFIA

- Aalbers, Manuel e Fernandez, Rodrigo (2016). Financialization and Housing: between globalization and varieties of capitalism. Em: *Competition and Change*, vol. 20, n.º 2, p. 149-166.
- Abrucio, Fernando Luiz. (1994). Os barões da federação. Em: *Lua Nova* [online], n.º 33, p. 165-183.
- Aquino, Dayani Cris e Cipolla, Francisco Paulo. (2008). O capital fictício e a crise imobiliária. Em: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n.º 23, p. 7-25.
- Arrighi, Giovanni (2012). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Contraponto, 394.
- Bair, Jennifer (2005). Global capitalism and commodity chains: Looking back, going forward. *Competition and Change*, vol. 9, n.º 2, p. 153-180.
- Barrios, Sonia (1980). Dinámica Social y Espacio. Em: *Morven: metodología para el diagnóstico regional*. Caracas, Venezuela: Cendes, p. 235-238.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga (2013). O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Ed. Unesp, 192p.
- Braga, Juan Carlos (1996). Economia política da dinâmica capitalista: observações para uma proposta de organização teórica. Em: *Estudos Econômicos*, vol. 26, n.º 4, p. 83-133.
- Brandão, Carlos Antonio, Fernández, Victor Ramiro e Ribeiro, Luiz Cesar (Orgs.) (2018). Escalas espaciais, Reescalamentos e Estatalidades: lições e desafios para a América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 405p.
- Brandão, Carlos Antonio (2016). Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica. Em: *Nova Economia*, vol. 26, p. 1097-1132.
- Brandão, Carlos Antonio (2009). Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. Em: Ribeiro, Maria Teresa F. e Milani, Carlos R. S. (orgs.) *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*, p. 150-185. Salvador: Editora da UFBA.
- Brenner, Neil (2004). *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford: Oxford University Press, 372p.
- Brenner, Neil (2001). The limits to scale? Methodological reflections on scalar restructuring. Em: *Progress in Human Geography*, vol. 25, n.º 4, p. 591-614.

- Cano, Wilson (2017a). Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n.º 304, 43p.
- Cano, Wilson (2017b). Introdução. Em: Monteiro Neto, Aristides; Castro, César Nunes de; e Brandão, Carlos Antônio (orgs.). Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 475p.
- Cano, Wilson (2011). Ensaio sobre a crise urbana do Brasil. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 376p.
- Cano, Wilson (2010). Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante. Em: Cadernos do Desenvolvimento. vol. 5, n.º 7, p. 23-53.
- Cano, Wilson (2007). Questão Regional e Urbana no Brasil: alguns impasses atuais. Em: Diniz, C.C. (Org.). Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil, p. 249-265. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Cario, Silvio Antonio Ferraz e Buzanelo, Edegar (1986). Notas sobre a teoria Marxista da renda da terra. Em: Revista Ciências Humanas, vol. 5, n.º 8, p. 32-47.
- Castells, Manuel (1977). La cuestión urbana. México, DF: Siglo Veintiuno, 517p.
- Castro, Iná Elías (2014). Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? Em: Espaço Aberto, vol. 4, n.º 1, p. 87-100.
- Cepal —Comisión Económica Para América Latina y el Caribe—(2017). Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe Recuperación en un contexto de incertidumbre. Santiago, Chile: Cepal, 175p.
- Christophers, Brett (2015). The limits to financialization. Em: Dialogues in Human Geography, vol. 5, n.º 2, p. 183-200.
- Eichengreen, Barry (2002). A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34, p. 23-74.
- Fajnzylber, Fernando (1983). La industrialización trunca de América Latina. México, D.F.: Ed. Nueva Imagen, 416p.
- Fernández, Victor Ramiro (2017). Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional? Em: Brandão, Carlos Antonio, Fernández, Victor Ramiro e Ribeiro, Luiz Cesar (Orgs.). Escalas espaciais, Reescalamentos e Estatalidades: lições e desafios para a América Latina. p. 276-325. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Fiori, José Luís (2007). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 456p.
- Fix, Mariana (2011). Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese para obter o título de Doutora na área de Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 288p.
- Furtado, Celso (2013). Essencial Celso Furtado. São Paulo: Companhia das Letras/Penguin, 528p.
- Gottdiener, Mark (1997). A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 312p.
- Guttman, Robert (2008). Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. Em: Novos Estudos Cebrap, n.º 82, p. 1-33.

- Harvey, David (2013). Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 592p.
- Harvey, David (2005). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 251p.
- Harvey, David (2004). Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 382p.
- Harvey, David (1992). Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 352p.
- Harvey, David (1989). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late capitalism. Em: Geografiska annaler, vol. 71, n.º 1, p. 3-17.
- Holston, James (2013). Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 463p.
- Jessop, Bob (2001). Institutional re (turns) and the strategic-relational approach. Em: Environment and Planning A, vol. 33, p. 1213-1235.
- Klink, Jeroen e Souza, Marcos Barcellos de (2017). Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. Cadernos Metr pole, São Paulo, vol. 19, n.º 39, p. 379-406.
- Lazonick, William e O'Sullivan, Mary (2000). Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. Em: Journal Economy and Society, vol, 29, n.º 1, p. 13-35.
- Lefebvre, Henri (2008). Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 190p.
- Lefebvre, Henri (1973). A Reprodução das Relações de Produção. Trad. A. Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião-Cadernos O Homem e a Sociedade, 115p.
- Logan, John e Molotch, Harvey (1987). Urban Fortunes: the political economy of place. University of California Press, 383p.
- Lojkin, Jean (1981). O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 181p.
- Maricato, Erminia (2011). O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 93p.
- Marx, Karl (1983). O capital: crítica da economia política. vol. 3. São Paulo: Boitempo, 751p.
- Masse, Doreen (1984). Spatial Divisions of Labour. Londres: Macmillan, 339p.
- Matela, Igor (2014). Transi o regulatória no transporte por ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 153p.
- Mello, Marcus (1990). Regimes de acumula o, Estado e articula o de interesses na produ o do espaço construido (Brasil 1940-1988). Em: Valladares, Licia; Preteceille, Edmon (orgs.) Reestrutura o urbana, tendências e desafios. p. 168-180. SP: Nobel-Iuperj.
- Müller, Leonardo André Paes e Paulani, Leda María (2012). O capital portador de juros em O capital ou o sistema de Marx. Em: Trans/Form/A o, vol. 35, n.º 2, p. 69-92.
- Oliveira, Fabio Lucas Pimentel e Werner, Deborah (2014). Perspectiva histórica do planejamento regional no Brasil. Cole o Documentos de Projeto. Santiago, Chile: Ilpes-Cepal, 32p.
- Oliveira, Francisco (1998). Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, p. 19-48 .

- Pacheco, Carlos Américo (1998). A fragmentação da Nação. Campinas: IE-Unicamp, 291p.
- Palley, Thomas (2007). Financialization: What It Is and Why It Matters. Working Paper No. 525. The Levy Economics Institute and Economics for Democratic and Open Societies. Washington, D.C., 31p.
- Peck, Jamie e Theodore, Nick (2015). Fast Policy: Experimental Statecraft at the Thresholds of Neoliberalism. Minneapolis: University of Minnesota Press. 328p.
- Pinto, Aníbal (1973). Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina. Santiago de Chile: Ilpes/Cepal. 54p.
- Pinto, Aníbal (1976). Notas sobre estilos de desarrollo en América Latina. Em: Revista de la Cepal, Santiago de Chile, n.º 1, p. 97-128.
- Piquet, Rosélia P. S. (1990). Grandes Projetos e Tendências na Ocupação do Território: a modernização excludente. Em: Espaço & Debates, vol. 31, p. 72-81.
- Porcile, Gabriel (2011). La teoría estructuralista del desarrollo. Em: Infante, Ricardo. El desarrollo inclusivo en América Latina y el Caribe: ensayos sobre políticas de convergencia productiva para la igualdad. p. 31-64. Santiago, Chile: Cepal.
- Rezende, Fernando (2018). Federalismo fiscal e gestão pública. Em: Negri, José Alberto, Araújo, Bruno Cesar e Bacelette, Ricardo. Desafios da Nação: artigos de apoio. p. 203-228. Brasília, DF: Ipea.
- Ribeiro, Ana Clara (2012). Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. Redobra-UFBA, vol. 3, n.º 9, p. 58-71.
- Riffo, Luis; Jordan, Ricardo e Prado, Antonio (orgs.). (2017). Desarrollo sostenible, urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe: dinámicas y desafíos para el cambio estructural. Santiago, Chile: Cepal, 425p.
- Rodriguez, Vicente (1994). Os interesses regionais e a Federação Brasileira. Em: Ensaio, vol. 15, n.º 2, p. 338-352.
- Rofman, Alejandro (2016). Notas sobre subsistemas espaciais e circuitos de acumulação regional. Em: Boletim Campineiro de Geografia, vol. 6, n.º 1, p. 247-274.
- Sanfelici, Daniel (2013). Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. Em: EURE, vol. 39, n.º 118, p. 27-46.
- Smith, Neil (1988). Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 250p.
- Smolka, Martín Oscar (1987). O capital incorporador e seus movimentos de valorização. Em: Cadernos Ippur, vol. 22, n.º 1, p. 41-78.
- Souza, Marcelo Lopes (2013). Escala geográfica, construção social da escala e políticas de escala. Em: Souza, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 179-216.
- Stroher, Laisa Eleonora Maróstica (2017). Operações urbanas consorciadas com Cepac: uma face da constituição do complexo imobiliário-financeiro no Brasil? Em: Cadernos Metrôpoles, vol. 19, n.º 39, p. 455-477.

- Tavares, Maria da Conceição (1998). Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, Unicamp, IE.
- Tavares, Maria da Conceição (1985). A retomada da hegemonia norte-americana. Em: Revista de Economia Política, vol. 5, n.º 2, p. 5-15.
- Werner, Deborah (2016). Estado, capitais privados e territórios no processo de reconfiguração do setor elétrico pós-1990. Tese para obter o título de Doutora em XX. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 434p.
- Werner, Marion; Bair, Jennifer e Fernández, Victor Ramiro (2014). Linking up to development? Global Value Chains and the Making of a Post-Washington Consensus. Em: Development and change, vol. 45, n.º 6, p. 1219-1247.